

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**  
**Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2008 de 4 de Fevereiro de 2008**

Considerando que o domínio público da Região Autónoma dos Açores integra inúmeras nascentes de águas termais que, devidamente exploradas, são um inestimável instrumento de valorização do património natural e do destino turístico Açores;

Considerando que os estabelecimentos termais associados à exploração das águas mineromedicinais de nascente de água termal visam satisfazer necessidades colectivas e prosseguem fins de utilidade pública;

Considerando que as Termas da Ferraria e do Carapacho necessitam de obras de construção, recuperação e de reabilitação, tendo em atenção as novas tendências do mercado na área do termalismo;

Considerando que, no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, Troço Feteiras - Fenais da Luz - Lomba de São Pedro, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2005/A, de 17 de Fevereiro, importa construir um muro de protecção da estrada da Ponta da Ferraria, bem como proceder à requalificação da zona balnear;

Assim, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelas alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea e) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2007/A, de 23 de Janeiro, da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2007/A, de 9 de Março, dos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo, dos artigos 4.º, 27.º e do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e ainda dos artigos 47.º, n.º 1 e n.º 2, 48.º, n.º 1, n.º 2 alínea a) e n.º 3, 59.º, 60.º e 62.º todos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, o Conselho do Governo resolve:

1. Autorizar a abertura de um concurso público para a adjudicação da “Empreitada de Recuperação e Requalificação das Termas do Carapacho”, na Ilha Graciosa, com o preço base de € 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil euros).

2. Autorizar a abertura de um concurso público para a adjudicação da “Empreitada de Remodelação e Exploração das Termas e Requalificação da Zona Balnear da Ferraria – Paisagismo, Construções de Apoio e Contenção de Taludes”, na Ilha de S. Miguel, com o preço base de € 3.040.000,00 (três milhões e quarenta mil euros).

3. Delegar competências no Secretário Regional da Economia, com faculdade de subdelegação, para aprovar os respectivos processos de concurso, bem como para praticar todos os restantes actos atinentes a estes procedimentos que, nos termos da lei, sejam cometidos à entidade adjudicante, nestes se incluindo o de adjudicação e de autorização da realização da correspondente despesa.

4. O procedimento de concurso público e a execução da empreitada referida no ponto 2, serão acompanhados pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

5. Os encargos com a realização do concurso público referido no ponto 1 serão suportados por conta das dotações inscritas no Orçamento da Região, no Capítulo 40 – Despesas do Plano, Programa 12 - Desenvolvimento do Turismo, Projecto 03 – Investimentos Estratégicos, acção 03 – Desenvolvimento dos Recursos Termais, Programa 13 - Desenvolvimento Industrial, Projecto 01 – Inovação Tecnológica e Gestão de Recursos, acção 03 – Valorização das Águas Minerais e Termais e Programa 15 - Promoção do Investimento e Coesão, Projecto 01 – Sistemas de Incentivos e Apoio à Coesão, acção 03 - Apoio à Coesão e Parcerias Público-Privadas.

6. Os encargos com a realização do concurso público referido no ponto 2 serão suportados:

a) € 2.150.000,00 por conta das dotações inscritas no Orçamento da Região Autónoma, no Capítulo 40 – Despesas do Plano, Programa 12 – Desenvolvimento do Turismo, Projecto 03 – Investimentos Estratégicos, acção 03 – Desenvolvimento dos Recursos Termais, Programa 13 - Desenvolvimento Industrial, Projecto 01 – Inovação Tecnológica e Gestão de Recursos, acção 03 – Valorização das Águas Minerais e Termais e Programa 15 - Promoção do Investimento e Coesão, Projecto 01, acção 03 - Apoio à Coesão e Parcerias Público-Privadas;

b) € 890.000,00 por conta das dotações inscritas no Orçamento da Região, no Capítulo 40 – Despesas do Plano, Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental, Projecto 01 – Ordenamento do Território, Acção 05 – Protecção da Orla Costeira na RAA.

7. A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 3 de Janeiro de 2008. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.